

Vencemos a batalha do Acordo Coletivo

A luta agora é pela solução dos problemas da Petros

Após rejeitarem as três primeiras contrapropostas apresentadas pela Petrobrás, os trabalhadores, finalmente, estão concluindo o processo de negociação do acordo coletivo. Com excessão do Sindipetro Litoral Paulista, onde os petroleiros rejeitaram a proposta da empresa, todos os demais sindicatos representados pela FUP assinaram o ACT 2005/2007.

Mesmo as direções dos sindicatos que romperam com o processo de negociação coletiva e defenderam a rejeição da contraproposta estão tendo que acatar a decisão da base, que está aprovando os indicativos da FUP. Os Sindipetros RJ e Pará já assinaram o ACT e em SE/AL, os trabalhadores também estão aprovando a contraproposta conquistada pela categoria.

Além de consolidarem o ICV/Dieese por três campanhas consecutivas, os petroleiros pela primeira vez conquistaram aumento real de salário para a ativa e os aposentados. Também estamos recuperando os níveis devidos pela Petrobrás, que, após a greve de 95, acabou com a progressão salarial. Mais de 10 mil trabalhadores ficaram com suas carreiras congeladas por pelo menos oito anos seguidos.

Ainda não conquistamos efetivamente a progressão automática (a cada 12, 18 e 24 meses, como no passado), mas o processo de negociação, aliado à mobilização dos trabalhadores, levou a Petrobrás a conceder nos últimos

Petros: O que queremos

- *Equacionamento de todos os déficits do Plano Petros;
- *Previdência complementar para os trabalhadores sem plano, com pagamento do serviço passado para os admitidos após o fechamento do Plano Petros;
- *Mesmo modelo de previdência complementar para todo o Sistema Petrobrás;
- *Paridade efetiva na gestão do fundo (conselhos, diretoria e comitês);
- *Fim do limite de idade do Grupo 78/79;
- *Mudança no cálculo das pensões;
- *Ingresso dos excluídos do Plano Petros (retardatários das cláusulas 33 e 45 do ACT 84 e 85, pré-70, inscrição tardia).

acordos dois níveis para todos, inclusive os topados.

Além disso, pela primeira vez, os petroleiros estão democraticamente participando da construção de um novo plano de cargos e salários, que será implementado em maio, também fruto

da negociação coletiva.

Outro avanço importante é a validade de dois anos para as cláusulas sociais, cujas conquistas deste acordo são as mais expressivas dos últimos anos. A negociação permanente, através das comissões conduzidas pela FUP, tem sido fundamental para assegurar avanços na AMS, SMS, jornadas/regimes, terceirização e benefícios. Mais do que nunca, é preciso valorizar esse processo, garantindo um destaque ainda maior para as comissões, já que agora temos um acordo de dois anos.

O ACT será assinado formalmente pela FUP e pelos presidentes da Petrobrás e da Transpetro na primeira semana de dezembro. Mas a campanha reivindicatória prossegue até a conclusão das negociações das pendências da Petros, cujo calendário de reuniões deverá ser apresentado o mais rápido possível pela Petrobrás.

Nos dois meses de embate que a FUP e os sindicatos têm pela frente para fazer valer as reivindicações da categoria, é fundamental que os trabalhadores estejam constantemente mobilizados, para que possamos consolidar com essa negociação a vitória que garantimos no acordo coletivo.

O papel fundamental das comissões nos avanços obtidos

Opouco caso com que alguns petroleiros tratam as comissões conquistadas no acordo coletivo definitivamente não expressa a realidade desses grupos de trabalho. As comissões de AMS, Benefícios, SMS, Jornada, Terceirização, além da que trata do Acompanhamento do ACT, têm tido papel fundamental nas conquistas obtidas pela categoria ao longo dos últimos acordos de trabalho.

A anistia das demissões e punições

das greves de 94 e 95 e a admissão dos anistiados da Interbrás e Petromisa só foram possíveis graças à pressão da FUP nas comissões conquistadas na mesa de negociação. Assim como a recomposição dos efetivos, a consolidação do direito de recusa, os avanços nas CIPAs, as mudanças nos contratos das empresas terceirizadas, o fim do regime misto e do RAC, as HE na troca de turno e no sobreaviso, a gratificação de campo ter-

reste e o intervalo entre jornadas.

Sem contar os avanços obtidos na Comissão de AMS: custeio de medicamentos, inclusão de enteados, Plano 28/33, exames de prevenção para aposentados, inclusão de novos dependentes, unificação da tabela do Grande Risco e adequação ao Estatuto do Idoso, equiparação da margem consignável, inclusão de novos procedimentos, entre outras conquistas.

P-50 marca luta dos petroleiros e metalúrgicos pela construção das plataformas no Brasil

Símbolo da luta dos trabalhadores pela valorização da indústria nacional nas obras contratadas pela Petrobrás, a P-50 entrará em atividade no início do ano que vem. A solenidade de batismo da plataforma ocorreu no dia 23, com a presença do presidente Lula, de representantes da CUT, dos petroleiros e dos metalúrgicos, que encabeçaram a luta pela nacionalização da P-50 e também das plataformas P-51 e P-52, cujas obras o governo FHC tentou levar para fora do país para privilegiar os grandes grupos da indústria naval internacional.

Por determinação do então presidente da Petrobrás, Francisco Gros, a P-50 começou a ser fabricada em Cingapura, mas, após a eleição de Lula, teve o seu contrato alterado para que as obras fossem finalizadas em solo brasileiro. Ao entrar em atividade no ano que vem, a P-50 irá consolidar a autosuficiência da Petrobrás na produção de petróleo, conquista de toda a sociedade brasileira, mas que não seria possível sem a organização e luta dos petroleiros que impediram a privatização da empresa.

Nacionalização - Com a eleição de Lula e a mudança na gestão da Petrobrás, as licitações da P-51 e da

P-52 foram suspensas e tiveram os editais modificados, aumentando a participação da indústria nacional na construção das plataformas. Enquanto a P-50 teve 38% das obras realizadas no Brasil, a P-52, por exemplo, tem participação nacional superior a 60%.

Os contratos das demais plataformas em construção, como P-34, P-53 e P-54, também seguem a mesma orientação. Além disso, a Petrobrás encomendará em breve a construção da P-57, cujo edital exigirá conteúdo nacional de 70%, com tecnologia desenvolvida pelo Cenpes e casco totalmente construído no Brasil.

A revitalização da indústria naval nacional, com geração de milhares de empregos diretos e indiretos, será ainda mais intensificada com as encomendas da Transpetro, cujo edital para construção dos 42 navios sairá em dezembro. As embarcações terão conteúdo nacional de 65%, cujas encomendas da primeira etapa irão gerar 20 mil empregos só na fase da construção.

Na solenidade de batismo da P-50, petroleiros e metalúrgicos resgataram as lutas travadas desde 2001 para garantir as conquistas que os trabalhadores e a sociedade brasileira já começam a colher os frutos.

Marcha pela valorização do Salário Mínimo deverá reunir 10 mil em Brasília

Na segunda-feira (28), caravanas com trabalhadores de várias regiões do país estarão chegando a Brasília para participarem da II Marcha Nacional pelo Salário Mínimo e Redução da Jornada de Trabalho. Organizada pela CUT e demais centrais sindicais, a manifestação deverá reunir mais de 10 mil pessoas na capital. A marcha terá início na manhã do dia 29, na região de Candangolândia, distante 15 quilômetros da Esplanada dos Ministérios, o ponto de chegada, onde haverá um grande ato político às 19 horas.

Organizada pela CUT e demais centrais sindicais, a marcha reivindica a valorização do Salário Mínimo, através de uma política efetiva de recomposição do poder de compra do trabalhador. As centrais sindicais querem que o salário seja reajustado para R\$ 400,00 e que o

Congresso Nacional e o governo aprovem a redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais, sem redução de salário. Os petroleiros estarão representados na manifestação pelos dirigentes da FUP e dos sindicatos, além de lideranças das bases.

A CUT e as outras centrais terão uma audiência especial às 17 horas do dia 29 com os ministros da Casa Civil, Fazenda, Planejamento, Trabalho e Coordenação Política para cobrar que a agenda dos trabalhadores seja priorizada pelo governo. Após a audiência, as lideranças sindicais participarão do ato político em frente à Esplanada dos Ministérios e encerrarão a marcha com um abraço ao Congresso Nacional. No dia seguinte (30/11), as centrais se reunirão com os presidentes da Câmara de Deputados e do Senado Federal.

FIQUE DE OLHO

Trabalhadores da BJ Service rejeitam contraproposta e param

Após rejeitarem a segunda contraproposta apresentada pela BJ Service, os petroleiros aprovaram uma paralisação de advertência nesta sexta-feira (25) em Catu (BA) e Mossoró (RN), para pressionar a empresa a atender às reivindicações da categoria. Os trabalhadores das demais bases, que também rejeitaram a contraproposta da BJ, decidirão em assembleias se irão aderir ao movimento.

Os petroleiros querem reajuste de 10%, além do cumprimento do regime de trabalho e tíquete alimentação retroativo a setembro. A empresa propõe 6% de reajuste e só aceita pagar o tíquete alimentação a partir da assinatura do acordo. Se a BJ Service não retomar as negociações com avanço em relação às suas reivindicações, os trabalhadores ameaçam entrar em greve.

Anistiados da Interbrás: Contagem regressiva para a admissão

Os trabalhadores da extinta Interbrás que tiveram a anistia reconhecida em função do decreto presidencial 5.115/04 estão na fase final do processo admissional para a Petrobrás. No dia 01/12 os 193 anistiados contemplados pelo decreto estarão, finalmente, retornando à empresa. Em breve, mais cerca de 300 anistiados da Petromisa também serão admitidos pela Petrobrás, em cumprimento ao decreto presidencial. No momento, eles estão aguardando a conclusão dos trabalhos da Comissão Especial Interministerial que está revendo os atos administrativos do governo FHC que descaracterizaram a Lei de Anistia 8.879/94, prejudicando os servidores públicos e funcionários de estatais anistiados após terem sido demitidos pela reforma administrativa do governo Collor. Nos últimos dois anos, 463 anistiados da Interbrás e 208 da Petromisa retornaram à Petrobrás, uma conquista histórica da FUP, da CUT e da organização sindical.